

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS*

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA COSTA**

Resumo: O conteúdo aqui apresentado e discutido aborda Minas Gerais na contemporaneidade tendo como foco as questões da identidade, da diversidade e das fronteiras simbólicas que emergem nas fímbrias da sociedade. Embora retome o processo inicial de consolidação da sociedade mineira no século XVIII é realizada uma leitura de processos sociais que evidenciam diferenças culturais no interior dessa mesma sociedade, com a obliteração permanente da existência de uma dualidade que fragmenta a identidade construída pela ideologia da mineiridade como uma.

Palavras-chave: Minas Gerais, Mineiridade, Diversidade, Fronteiras Regionais, Populações Tradicionais

Abstract: The content here presented and discussed is about Minas Gerais in its contemporaneousness taking as a focus of attention the questions of the identity, of the diversity and of the symbolic frontiers that surface in the borders of the “mineira” society. Though it retakes the initial process of consolidation of the mining society in the century XVIII, a

* Originalmente o conteúdo deste artigo foi apresentado no ciclo de palestras Formação do Povo Mineiro e dialogado com a plateia que se encontrava no evento, a quem agradeço pela possibilidade de discussão de temática até então pouco compreendida.
** Doutor em Antropologia. Professor e Pesquisador no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenador de Pesquisa das Faculdades Santo Agostinho.

reading of the social processes that express the existence of cultural differences in the interior of the same society has been carried out, with the constant obliteration of the existence of a dualism that breaks up the identity built by the ideology of the “mineiridade” like one.

Keywords: Minas Gerais, Mineiridade, Diversity, Reginal Frontiers, Traditional Populations

O multiculturalismo constitucional e a permanência de ideologia da unicidade

Durante o processo de constituição e de formação dos Estados-Nação, o foco da identidade foi posto na unidade da Nação, conforme discutido por Simon Schama (1996) e Benedict Anderson (1989). No século XX, ocorreu a passagem desse foco para o multiculturalismo. Se Minas Gerais, durante a proeminência da unidade, construiu a ideologia da mineiridade¹, afirmando a sua identidade una e obliterando as diferenças existentes internamente, dentro do Estado, mesmo que alguns autores, como Sylvio de Vasconcellos (1968), João Guimarães Rosa (1978) e outros tenham abordado a diversidade ou a existência de uma dualidade, o conteúdo dado à identidade mineira alicerçou-se na unidade e toda a história de Minas foi construída tendo como foco sua unicidade. A realidade que dá fundamento à identidade mineira, nesse período, é a realidade aurífera.

¹ Vide Arruda (1990) que enfoca a mitologia da mineiridade no imaginário político e social brasileiro.

Se com a Constituição brasileira de 1988 o foco da identidade nacional saiu da unidade para a multiculturalidade com a afirmação e a construção de sujeitos de direito baseados na perspectiva do multiculturalismo, pode-se dizer que Minas Gerais permanece sendo a síntese da Nação, porque ela articulou todos os grandes movimentos civilizatórios brasileiros, que propiciaram a emergência de diferenças culturais no interior de sua sociedade. Sendo assim, Minas Gerais contém, em si, uma multiplicidade cultural. Portanto, para se falar hoje da contemporaneidade mineira, é necessário enunciar a exis-

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

tência de uma dualidade desde o seu processo de formação, de diferenças regionais, dadas as fronteiras simbólicas existentes internamente em nosso estado, e ainda evidenciar a presença de povos e de comunidades tradicionais em Minas Gerais.

A dualidade mineira: leitura crítica para além de Guimarães Rosa

Para abordar as diferenças regionais, escolhi analisar o artigo “Minas Gerais” de João Guimarães Rosa, publicado no livro “Ave, Palavra”. Ele apresenta oito regiões culturais que constituem a geopolítica estadual. Como diz o autor, “sua orbe é uma pequena síntese e uma encruzilhada, já que Minas Gerais são muitas ou pelo menos várias” (1978, p. 217). Ele se refere primeiro à Minas antiga e colonial, das comarcas mineradoras, localizadas na extensão da chamada Zona Mineralógica. Essa é a chamada “Minas geratriz, do ouro, que evoca e informa o seu nome”. O autor também informa que os mineiros se estenderam a partir daí para constituir as outras regiões. A segunda região é caracterizada como “a Mata, cismontana, molhada de marinhos ventos, agrícola ou madeireira espessamente fértil”. A terceira é “o Sul, cafeeiro, assentado na terra roxa de declives ou em colinas que européias se arrumam, quem sabe numa das mais tranqüilas jurisdições da felicidade neste mundo”. A quarta região, o “Triângulo, saliente, avançado, forte, franco”. A quinta, o “Oeste, calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado em habilidades”. A sexta região, o autor enuncia aqui a grande diferenciação – é “o Norte, sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos, ora nordestino na intratabilidade das caatingas e recebendo, em si, o polígono das secas”. A sétima é “o centro corográfico do Vale do Rio das Velhas, ameno, claro, aberto à alegria de todas as vozes novas”. E, por fim, a oitava região é “o Noroeste, dos chapadões, dos campos gerais que se emendam com os de Goiás e com os da Bahia esquerda, e vão até o Piauí e ao Maranhão ondeantes”.

Ao final do artigo, João Guimarães Rosa afirma: “se são tantas Minas, porém e, contudo uma, o que a determina, então,

apenas uma atmosfera, sendo o mineiro o homem em estado minas-gerais?” (1978, p. 222). Apesar de o autor focar a mineiridade, realiza um deslizamento para enunciar a dualidade, ou seja, um homem em estado minas-gerais. Há neste artigo o apoio à ideologia da mineiridade. Com o deslizamento realizado, porém, é desvelada a existência de uma interdiscursividade no interior dessa mesma ideologia.

As regiões aí postas – Mata, Sul, Oeste e Triângulo – são todas elas um desdobramento da região Minas Geratriz. A caracterização que o autor faz do Norte coloca a região para fora de Minas, ou seja, é Norte, mas é sertão. Mais do que referência a Minas, o sertão é uma referência ao Brasil. Em seguida, é focado o aspecto baiano, nordestino. Sobre a região noroeste, ocorre um completo esvaziamento de gentes, enfatizando-se as perspectivas ambiental e geográfica, sendo, assim, parte do sertão. O centro é justamente onde Norte e Noroeste se articulam com a Minas geratriz e os seus desdobramentos em suas diferenças.

Pensando nas temporalidades das regiões de Minas Gerais, a Minas Geratriz se origina a partir da descoberta do ouro pelos bandeirantes paulistas em fins do século XVII, exatamente em 1694, no Tripuí, mas a sua exploração só começou, efetivamente, a partir da descoberta do ouro, no dia 16 de julho de 1696, na região de Mata Cavalos, no Ribeirão do Carmo, na atual cidade de Mariana.

O Norte teve a sua formação histórica vinculada ao bandeirismo apreador de índios e exterminador de quilombos e à marcha progressiva das fazendas nordestinas de gado, pelo interior do País, em meados do século XVII². As afirmações a seguir baseiam-se na articulação das historiografias mineira, paulista, baiana e pernambucana, a partir das quais pude desenvolver a questão histórica na tese de doutoramento em que trato do lugar do norte de Minas em Minas Gerais³. Foi aí que descobri que o Norte de Minas, nesse período, era denominado Currais do São Francisco formados pelos currais da Bahia e pelos currais de Pernambuco. A ocupação iniciou-se em 1664, com um bandeirante chamado Mathias Cardoso de Almeida.

² Neste sentido vide, Taunay (1948), Pires (1979) e Aragão (2000).

³ Vide Costa (2003).

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

Originariamente pertencente à Bahia e a Pernambuco, o Norte de Minas foi incorporado em 1720 à nascente Capitania de Minas Gerais. Nesse período, os currais da Bahia passaram a integrar o território mineiro e, em 1832, os currais de Pernambuco que chegavam até o rio Paracatu foram também anexados. Em decorrência da Confederação do Equador, o Império retira de Pernambuco grande parte do seu território que chegava às proximidades da cidade de São Romão. Os currais da Bahia tinham início na região da cidade de Curvelo. Na criação da Capitania de Minas Gerais em 1720, duas regiões, uma vinculada ao ouro e a outra ao gado, foram articuladas para dar fundação à sociedade mineira.

Na obra de Antonil (1997), “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”, é apresentada sua visão sobre a colônia com base em sua vivência por cerca de 20 anos em terras brasileiras. Quando aborda a atividade aurífera, é narrado o problema do esvaziamento das regiões das minas, em decorrência da fome. Em 1701, os criadores de gado dos currais da Bahia e de Pernambuco fazem a conexão com a mineração e passam a alimentar os mineradores. Então a mineração se consolida e passa a ser contínua. Nesse momento, temos o início da articulação dessas duas formações históricas, com economias distintas.

Em sua dissertação sobre a economia da região mineradora, Carla Anastasia (1983) afirma que ela era monopolizada pela Coroa portuguesa e que a economia da zona pastoril era privada. Em 1736, com a sedição dos criadores de gado norte-mineiros, a economia privada foi abafada em decorrência do chamado desvio do ouro. Havia um intenso comércio de abastecimento alimentar para a região das minas, propiciando o deslocamento de muito ouro para o sertão e, de lá, para a Bahia. Havia, também, o contrabando de ouro. Houve o abafamento dessa economia privada que emergia, ainda muito incipientemente, na região dos currais da Bahia.

É possível falar que as outras regiões mineiras se desdobram destas duas regiões que dão constituição à sociedade mineira, a do ouro e a do gado.

As regiões desmembradas da Minas Geratriz são três: a da Mata, a Sul e a Oeste, que, apesar de ter sido ocupada por paulistas, apresenta especificidades a partir da migração ou da diáspora dos mineiros com a decadência do ouro. As outras regiões estão vinculadas em sua economia ao Norte Sertanejo. O Triângulo surgiu pelas entradas e bandeiras oriundas de São Paulo que percorriam o sertão em busca de novas áreas mineradoras, graças à descoberta do ouro em Paracatu, Goiás e Mato Grosso. Sua ocupação socioeconômica e sua formação cultural estão vinculadas à criação de gado, que se expandiu a partir dos currais da Bahia e de Pernambuco até o Triângulo. O Noroeste teve sua ocupação também vinculada aos bandeirantes paulistas e aos criadores de gado dos antigos currais de São Francisco, região caracterizada por Guimarães Rosa como Norte Sertanejo. O centro apresenta-se como espaço intersticial onde as duas economias distintas se encontram: a exploração aurífera, que se ampliou a partir da Minas Geratriz por toda a Serra do Espinhaço no sentido sul-nordeste, e a criação de gado, descida das barrancas são-franciscanas.

Em seu ensaio de caracterização de mineiridade, Sylvio de Vasconcellos abre a apresentação dizendo que, no livro, pretende

despertar a atenção para possíveis especificidades de uma região brasileira contida nos precisos limites da ocupação humana, condicionada pelo ouro, não ampliadas as fronteiras do território que se chama Minas Gerais. Isso porque, ao que parece, as Minas se diversificam das Gerais, que se deitaram posteriormente pelos Vales dos Rios Doce, São Francisco, Parnaíba e Rio Grande (1968, p. 9).

Baseando-se no conhecimento do campo semântico, é possível fazer uma crítica ao “das Gerais”, pois, quando se usa essa expressão, se está falando das minas gerais, das minas generalizadas. Se se quiser falar dos campos gerais, há que dizer “dos Gerais”, ou seja, ao afirmar “das Gerais”, se está referindo às Minas e não aos Gerais.

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

Outra consideração crítica possível: Vasconcellos (1968) afirma que o sertão de São Francisco, após a decadência do ouro e a diáspora dos mineiros, teria sido ocupado. Essa é uma inverdade histórica. Os livros de história de Minas Gerais afirmam que a partir da decadência do ouro o sertão do São Francisco é ocupado. Sua ocupação e povoamento é anterior à descoberta do ouro e à fundação de Minas. Arinos de Melo Franco (*apud* Vasconcellos, 1968), fazendo a apresentação deste mesmo livro, afirma a dualidade, assim como o próprio Vasconcellos. Para este,

Minas não há mais, mas Minas é ouro? Sempre entendi que sim, porém múltipla, e isso procurei mostrar em páginas já antigas. Mineiro do Gerais – Campos – e das Minas, sinto em mim mesmo a multiplicidade dos meus dois sangues mineiros. E noto que a aparente contradição da leviandade com a prudência brinca com o cálculo da ambição com indiferença que tantos de nós carregamos. É o destino uma formação histórica contraditória (1968, p. 14).

Se se coloca em um mapa essa dualidade baseando-se na expansão dessas duas formações históricas econômicas e culturais distintas, têm-se estes movimentos: o dos currais, a partir da atual cidade de Matias Cardoso, o Norte, o Nordeste, o Noroeste e o Triângulo e, a partir de Mariana, o Sul, o Oeste, o Leste e o Nordeste. No centro, há a articulação dos dois movimentos de constituição da sociedade mineira.

A perspectiva da dualidade em Minas Gerais, entretanto, não se restringe a eventos fundantes da sociedade mineira. Em um estudo sobre o planejamento da modernização da economia estadual, Otávio Soares Dulci (1999) informa duas dinâmicas distintas que viabilizaram as transformações da economia mineira contemporânea. Por um lado, as elites mineiras articuladas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) desenvolveram o planejamento do desenvolvimento do estado internamente, enquanto o Norte de Minas ficou fora desse planejamento estratégico. Dada a vinculação do Norte de Minas à Área do Polígono das Secas

em 1965, a região norte-mineira foi anexada à área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e toda a modernização de sua economia foi feita com recursos do governo federal, sendo que esse planejamento estratégico foi pensado externamente.

Todo o planejamento feito pelo governo federal e pela Sudene, toda a implantação de parque industrial em Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Várzea da Palma e Capitão Enéas e a expansão da modernização da agricultura e da pecuária na região foram executados com recursos do Fundo de Investimento do Nordeste e com incentivos fiscais federais, principalmente, e com recursos estaduais e municipais, conforme discutido por Marcos Fábio Oliveira e Luciene Rodrigues (2000). Os empresários, em sua maioria mineiros, captaram os recursos, montaram fábricas extremamente modernas e quando se extinguiram os 10 anos dos incentivos fiscais, transferiram toda a planta industrial da fábrica para cidades mineiras como Belo Horizonte, Contagem, entre outras cidades. Assim, o Norte de Minas contribuiu para a modernização da economia de Minas Gerais duplamente, transformando sua economia e repassando recursos para a ampliação da industrialização do restante do estado. Houve um processo de industrialização que não se consolidou como planejado devido ao deslocamento das fábricas da região para outras regiões mineiras. Todavia esse processo permanece se desenvolvendo, apesar de o grande foco da economia do Norte de Minas ser a agropecuária. A produção agrícola, a pecuária e a fruticultura norte-mineira têm abastecido o Mercosul, a Europa e o Brasil com a produção de frutas, de carne e de outras culturas agrícolas.

Mesmo recentemente, a dualidade permanece. Os norte-mineiros aprendem na escola que são mineiros, o que os torna apaixonados por Minas Gerais. Quando saem do Norte, porém, e começam a falar em outro lugar, outros mineiros lhes perguntam: “Você é baiano de onde?” Não existe nada mais triste para a gente norte-mineira do que o não-reconhecimento pelos mineiros de que são, culturalmente, parte de Minas Gerais.⁴ Por essa razão é que, atualmente, existe o Movimento

⁴ Vide Ferreira (1975) e Maurício (1995).

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

Catrumano, que propõe a valorização simbólica do Norte de Minas e sugere que Minas Gerais deva reconhecer a existência de sua dualidade.⁵ Como Mariana é celebrada por ter sido berço da cultura e da civilização mineira, esse movimento encaminhou pelos deputados regionais a celebração da cidade de Matias Cardoso como o outro berço da cultura e da civilização mineira. O projeto de emenda constitucional pretende que ocorra a transferência simbólica da Capital do Estado para a cidade que foi o berço do povoamento da região norte-mineira. Assim, pode-se reconhecer a existência dessa dualidade e valorizar a participação da realidade do Norte de Minas como parte da realidade de Minas Gerais.

⁵Sobre o Movimento Catrumano vide Costa (2008).

Atualmente a mídia financiada pelo governo estadual só enfoca as Minas. E os Gerais? Para viabilizar a valorização da segunda formação histórica, socioeconômica e cultural de Minas Gerais, é necessário também colocar o foco nos Gerais. Existem muitas Minas e muitos Gerais. Assim como as regiões das Minas são distintas, as regiões dos Gerais também são distintas entre si. O Gerais do Norte de Minas é muito diferente do Gerais do Triângulo, que, por sua vez, é diferentes do Gerais do Jequitinhonha. Há diferenças entre os Gerais, que não são todos iguais, como não são todas iguais as Minas. A mídia tem um papel fundamental na construção do imaginário mineiro com base na dualidade. Nesse sentido, pode-se fundamentar em Felix Guattari (2005), que discute a micropolítica a que se está submetido com base na subjetivação do desejo pela mídia. Para esse filósofo, encontramos “midiocrizados”, já que o nosso desejo é o desejo construído pela mídia. Fundamentados nessa compreensão, é possível afirmar que a mídia mineira, financiada pelo governo do estado, veicula a existência das Minas e dos Gerais e que Minas Gerais teve dois berços, um aurífero em Mariana e outro pastoril em Matias Cardoso. Ao midiocrizar o desejo, na perspectiva do filósofo, a população mineira passará a valorizar o Norte de Minas, e o preconceito que se sente na pele não mais se verificará. Nesse sentido, em sua teoria da estigmatização, Erving Goffman (1988) afirma a possibilidade de se positivar um estigma que desvaloriza e negativiza

grupos sociais. Essa dinâmica deve emergir do próprio grupo estigmatizado que em processos de afirmação positiva de si consegue reverter a desvalorização e a negativização.

O Norte de Minas tem realizado uma contribuição significativa e valiosa para a sociedade. Se se abre o olhar, pode-se compreender a posição geratriz dessa região dos Gerais. É uma outra história, uma outra cultura, uma outra economia no passado e no presente e, nessa mesma dinâmica, será no futuro.

Por fim, afirma-se que o posicionamento regional está alicerçado em ressentimentos, mas as lideranças e a população regional assumiram, pelo Movimento Catrumano, buscar construir o valor simbólico que o Norte de Minas tem em Minas Gerais. Já houve muito ressentimento, como evidenciam as diversas tentativas, todas fracassadas, de autonomia com a criação de uma nova unidade estadual no concerto geopolítico brasileiro. Essa realidade é diferente da realidade do Triângulo Mineiro, que anuncia sua busca de criação de novo estado como “carta na manga” de barganhas políticas, conforme estudos de Herbert Toledo Martins (2003) sobre criação de unidades estaduais no Brasil. Atualmente encontra-se em curso, no Congresso Nacional, mais uma tentativa de separação da região. Essa tentativa é articulada por um grupo de políticos diverso do referido movimento. Esse atua no intuito de manter a articulação entre as duas regiões geratrizes que consolidaram a sociedade mineira.

Em minha tese de doutoramento sobre o lugar do Norte de Minas em Minas Gerais (João Batista de Almeida Costa, 2003) evidenciei que em termos político-administrativos o Norte de Minas pertence a Minas Gerais, mas em termos simbólicos ele não existe para Minas Gerais. Em termos de identidade, não há reconhecimento de que o norte-mineiro seja mineiro, pois ele é chamado de baiano, baiano cansado ou baiano. Ao ser assim classificado, é enfatizado para o norte-mineiro que ele não é parte de Minas Gerais, que não compartilha da mesma identidade mineira e é colocado para fora de Minas Gerais. Esse estar fora pode ser lido na história, na

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

simbologia e na identidade, embora o Norte de Minas faça parte do estado. Essa ambigüidade de se estar dentro e se estar fora é muito incômoda para quem a vive, principalmente quando também se é discriminado.

Essa ambigüidade foi interpretada por meio da teoria da hierarquia do antropólogo francês Louis Dumont (1992), para quem, na ideologia, a hierarquia engloba o contrário. Se em um nível se pode diferenciar, em outro não há diferença. Para exemplificar, ele usa a questão do homem e da mulher. Num certo nível, o homem é diferente da mulher, mas no nível superior, quando queremos nos referir à humanidade, falamos homem com “h” maiúsculo. Para a ideologia hierárquica, o Homem engloba a mulher e o homem nesse nível superior. Em Minas Gerais, acontece o mesmo. O segredo de Minas está no seu próprio nome. Se originalmente a expressão “Minas Gerais” significava a região das minas gerais, ao incorporar a região dos campos gerais, esse nome não pode estar vinculado apenas às Minas ou aos Gerais. Ele se refere às Minas e aos Gerais, hierarquicamente se fala do estado e não de uma ou outra região que está englobada na unidade política estadual. Mas, na ideologia, as Minas englobam os Gerais e obliteram a dualidade mineira. Quando se diz “das Gerais”, o que se está afirmando, quando se lê o campo semântico, não são os campos gerais, mas as Minas generalizadas.

Interessante compreender, com base na teoria da hierarquia construída por Norbert Elias e John Scotson (2000), como se deu o processo do englobamento. Em seu estudo sobre os estabelecidos e os *outsiders*, os autores afirmam que é necessário compreender a sociodinâmica por meio da qual um grupo se julga superior ao outro e o faz inferiorizado. No início do processo, a região das Minas Gerais foi chamada de Sertão dos Cataguá e a do Norte de Minas de Sertão do São Francisco. Então, as duas se encontravam no mesmo patamar. No processo histórico da sociodinâmica da construção dessa hierarquia, é possível ler o deslocamento baseando-se na construção da ideologia da mineiridade. É ela que alicerça o englobamento do contrário.

A diversidade na periferia do imaginário mineiro

A segunda questão que se faz necessário abordar aqui se refere aos povos e comunidades tradicionais existentes em Minas Gerais. Os povos tradicionais são dois: indígenas e quilombolas.

Se se analisa as características dos indígenas em Minas Gerais, pode-se dizer que o índio mais vinculado à perspectiva romântica com língua e cultura próprias e que anda quase nu é o Maxacali. Todos os outros povos indígenas chocam as pessoas, como os Xakriabá, que não têm feições indígenas, são uma população miscigenada, híbrida, que esqueceu sua língua e religião. Isso é fruto da política implantada em relação aos índios tanto no período colonial quanto no imperial. No período colonial, houve a criação de aldeias e a mistura de diversos povos – mesma técnica utilizada com os negros, que já eram misturados ainda em África. Misturaram os índios para que perdessem sua “indianidade”. Em decorrência disso, esses povos perderam sua língua e religião, mas não sua identidade. No momento que puderam, com o avanço democrático do País, emergiram reivindicando sua “indianidade”. O caso que mais conheço é o dos Xakriabá, no Norte de Minas. Eles não são originários de Minas Gerais, para onde vieram. Durante o processo de penetração dos paulistas em Mato Grosso, começou o deslocamento desse e de outros povos indígenas. Mathias Cardoso já havia exterminado as sociedades indígenas que existiram na região do Norte de Minas e havia o esvaziamento de índios na região.

Por volta de 1720, chegaram grupos Kaiapó, os Xakriabá e outros povos vindos do Mato Grosso, conforme Alessandro Roberto de Oliveira (2004). Januário Cardoso, Governador dos Índios do São Francisco, fez um acordo com os Xakriabá, que se tornaram a mão armada dos fazendeiros na luta contra outros povos indígenas, que foram expulsos da região. Existe um documento assinado por ele, um tratado dele como Governador dos Índios do São Francisco com as lideranças Xakriabá em que foi feita a doação do território pertencente a esse povo indígena. Em 1850, com a Lei da Terra e o processo de ordenamento

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

fundiário no Brasil, um grupo de índios Xakriabá saiu do seu território para ir ao encontro do Imperador, em Petrópolis. O Imperador reconheceu o território doado por Januário Cardoso e encaminhou correspondência para o cartório de Januária, que reconheceu a terra Xakriabá como coletiva.

Em 1960, à época do processo de ordenamento fundiário feito pela Ruralminas em Minas Gerais para a ocupação daquela área de terra devoluta, essa empresa não aceitou reconhecer o território coletivo dos Xakriabá. Diziam que eles não eram índios, mas caboclos, apesar de a população afirmar que viviam em território coletivo e tinham sua “indianidade”. Eles foram à Funai, que também recusou o reconhecimento deles como índios. A Ruralminas, então, começou o processo de parcelamento do território coletivo dos Xakriabá até que uma de suas lideranças foi assassinada. Naquele momento, os índios brasileiros estavam fazendo denúncias na Unesco e na ONU da situação por eles vivida, e rapidamente a Funai os reconheceu como índios. Os outros índios de Minas, Kaxixó, Pankararu, Xukuru-Kariri, Atikum, Kiriri, Puri e Tuxá, com exceção dos Maxacali, emergem em sua indianidade depois da Constituição de 1988, e se apresentam como sendo índios misturados. Essa mistura decorre das políticas para os índios no período colonial e imperial.

Há um estudo de Nelson de Senna (1926) em que é informada a existência histórica de dezenas de sociedades indígenas que existiram no atual território de Minas Gerais. Não há estudos sobre essas populações que aqui viveram e que foram exterminadas, expulsas ou escravizadas durante o processo de ocupação e povoamento desse Estado. Entretanto, as sociedades indígenas que contemporaneamente estão situadas no espaço territorial mineiro podem ser lidas com base nas etnografias que estudantes de antropologia apresentam como monografias de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento. Essas informações podem ser acessadas na internet, na página do estudioso dos indígenas Julio César Melatti.⁶ Esse pesquisador procura evidenciar as características específicas de cada uma das sociedades etnografadas.

⁶ <http://www.geocities.com/julielatti/ias-a/txpq.htm>

Quanto aos quilombolas, no Centro de Documentação Eloi Ferreira da Silva tem sido feito o levantamento dessas comunidades em Minas Gerais. Já foram levantadas 467 comunidades, e esse não é o número definitivo. À medida que as comunidades negras tomam conhecimento da possibilidade de manutenção e acesso ao território pensado coletivamente, solicitam seu reconhecimento como quilombola. Portanto, o número de quilombos em Minas Gerais é de exponencial crescimento. No estado, o único quilombo com sua terra titulada é o Quilombo de Porto Coris, em função da construção da hidrelétrica de Irapé. A Cemig viabilizou, articulou e agilizou o reconhecimento de Porto Coris e a titulação de sua terra. Os outros quilombos estão em processo de reconhecimento. Alguns como Mumbuca, no vale do Jequitinhonha, Brejo dos Crioulos e Gurutubanos, no Norte de Minas, Porto Pontal e Machadinho, esses dois últimos na região de Paracatu, têm processos de reconhecimento e titulação de terras mais avançados.

O acesso dessas comunidades ao direito foi estabelecido na Constituição de 1988. A Constituição, no artigo 216, tombou todos os sítios de referência a quilombos no Brasil. O tombamento foi feito no momento da promulgação da Constituição. O Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias reza que, ao ser reconhecida a comunidade como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares, a população negra passa a ter direito à regularização fundiária. E Minas Gerais é o estado mais atrasado nessa questão. O Maranhão, a Bahia e o Pará estão bastante avançados, e São Paulo tem uma característica muito específica: o próprio estado tem feito o maior número de reconhecimento de regularização fundiária dos seus quilombos, e não a União, ou seja, são poucos os quilombos reconhecidos e titulados pela União. Diferentemente em Minas Gerais, mesmo que a comunidade esteja situada em terras devolutas, o estado não reconhece a situação dessa comunidade.

Quando surgiu a categoria de direito quilombola, afirmou-se que em Minas Gerais existiam 67 quilombos. Essa

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

classificação partiu de um levantamento baseado em documentação histórica existente no Arquivo Público Mineiro. Essa relação enuncia quilombos históricos. Entretanto, a Procuradoria-Geral da República e a Associação Brasileira de Antropologia estabeleceram um convênio que ressemantizou o conceito, retirando-o do passado colonial para atualizá-lo, a par da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Nela é expresso que a definição étnica de um grupo se dá com base na auto-afirmação e não com base em qualquer outro critério externo. No caso mineiro, se se basear o direito das comunidades negras rurais na documentação existente no Arquivo Público Mineiro, a maioria das populações que passaram a se identificar como quilombo – existência de um grupo negro que se articula na defesa de um território por meio de sua organização social – não poderiam acessar os direitos constitucionais. Há regiões de Minas Gerais, como aquelas sertanejas em que não existe documentação nem colonial e nem imperial. Só a partir de 1831, com a instituição das vilas no sertão, é que a vida social passa a ser documentada. Entretanto, pela memória social de cada comunidade negra rural é possível voltar no tempo para resgatar a historicidade, a territorialidade e a identidade desses grupos negros rurais. No caso de Brejo dos Crioulos, por exemplo, foi possível retornar até as proximidades do ano de 1750 (Costa, 1999), mesmo com a referência que ali existiam crioulos.

Atualmente Minas Gerais possui 467 quilombos levantados pela relação do Cedefes. Esse salto se deu quando as comunidades negras começaram a tomar conhecimento do direito ao território legado por seus antepassados e solicitaram o reconhecimento, além de muitas prefeituras municipais que passaram a também fazê-lo após a instituição do Programa Brasil Quilombola do governo federal. O programa destina recursos exclusivos para essas comunidades, e as administrações municipais têm usufruído desses recursos, que muitas vezes não chegam aos beneficiários legítimos.

Pode-se dizer que a Constituição expressa o desejo profundo da sociedade brasileira de que sociedade se quer que

seja o Brasil. Nesse sentido, a Constituição enuncia as diretrizes da criação da sociedade brasileira que os brasileiros, durante a Constituinte, pensaram, lutaram e conquistaram, em termos constitucionais, para o Brasil. Entretanto, na constituição do Estado-Nação, o sujeito que emerge como pleno de direito é o homem branco, letrado e proprietário (Leite, 2008). Isso permanece até hoje, porque todo o arcabouço jurídico funciona para defender o sujeito proprietário, branco, homem letrado. A transformação das populações negras rurais em sujeito pleno de direito propicia a essas populações minoritárias, discriminadas e excluídas da sociedade, que sofreram o impacto da expansão da modernização da economia do País emergirem no cenário político atual com outro estatuto. Seus grupos negros rurais foram encurralados nas terras que detinham, como posse, desde seus antepassados. Na teoria que fundamenta estudos sobre quilombos é informado que a origem dos quilombos, no período escravocrata, normalmente surgiu em terra ou lugar que ninguém queria, devido a incidência de doenças endêmicas, a dificuldades de acesso e a nenhum valor mercantil das terras. Nessas áreas, os negros fugidos da escravidão instituíram os quilombos históricos, mesmo que não tenham sido documentados, devido à estratégia de invisibilização a que recorriam para viverem livres e autônomos no interior do País.

A falta de acesso das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombo aos seus territórios se deve ao poder que a terra dá a indivíduos que especulam imobiliária e financeiramente o espaço historicamente ocupado pelas populações negras rurais. Para essas populações conquistarem ser sujeito de direito, contra o branco, homem, proprietário, letrado, demandará muita luta, muito sangue, muito tempo. Não será fácil. Na sociedade mineira é mais difícil, porque essa sociedade é extremamente conservadora e não reconhece a grande contribuição que os negros deram para a sua constituição como uma das sociedades mais importantes da história brasileira.

Com a expansão da economia moderna, essas populações foram encurraladas em pequenas áreas de terra dos

MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E AS FRONTEIRAS REGIONAIS

territórios legados pelos antepassados. Atualmente, em Minas Gerais, além de nova onda de expansão da modernização da economia, pelo agronegócio, há um novo ordenamento ambiental que incide, exatamente, sobre os territórios onde se encontram situadas as comunidades de quilombo e as comunidades tradicionais. Isso se vincula aos seus sistemas de produção com o qual reproduzem a vida material de cada indivíduo, de cada família e da coletividade como um todo. É característica desses modos de vida tradicionais a interdependência com a natureza onde se encontram situadas essas comunidades. Assim, as populações preservaram a natureza. Com relação aos direitos quilombolas face aos direitos ambientais, a Constituição Federal define no artigo 216 o tombamento dos sítios de reminiscência dos quilombos. Ao serem reconhecidas pela Fundação Palmares, as comunidades negras passam a deter o controle sobre o território étnico. Porém, novas unidades de conservação estão sendo implantadas nesse estado e não se respeita o direito constitucional, que em sua promulgação tombou os sítios quilombolas e o reconhecimento lhes transfere a posse. A anterioridade de direito das comunidades negras é descartada pelo poder que os ambientalistas, em organismos estatais, têm sobre populações negras rurais, em sua maioria e excluídas dos benefícios gerados pela sociedade nacional e estadual.

Esses são os nossos dois povos tradicionais.

As comunidades tradicionais em Minas Gerais

No momento atual, algumas populações têm reivindicado uma tradicionalidade vinculada aos Artigos 15 e 216 da Constituição Federal. O Artigo 215 afirma a necessidade de reconhecimento dos grupos que contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira, e, no País inteiro, inclusive em Minas Gerais, algumas comunidades têm buscado para si os direitos decorrentes dessa tradicionalidade.

É interessante que, em nosso Estado, todas as comunidades que têm solicitado tal reconhecimento estão no Norte de

⁷ Sobre a conceituação vide Oliveira (2005).

⁸ Sobre os geraizeiros vide Dayrell (1998) e sobre os Caatingueiros vide D'Angelis Filho (2005).

⁹ Sobre os veredeiros vide Costa (2005).

¹⁰ Sobre os vazanteiros vide Oliveira (2005).

Minas, onde há uma situação muito peculiar. Essa é uma região de transição entre o cerrado, a caatinga e a floresta tropical úmida. Dada a apropriação que as populações fizeram desses espaços, surgiu uma relação com o ambiente que, em antropologia, é conceituada “etnicidade ecológica”⁷. Essas populações passaram a se denominar, umas a outras, em decorrência do bioma onde vivem. Os geraizeiros, por exemplo, ou gente dos gerais é um nome que decorre da existência do povo chamado caatingueiro⁸. E, interessantemente, os grupos denominados caatingueiros são descendentes, em sua quase totalidade, de italianos que, no final do século XIX, vieram para o Brasil e se localizaram no Norte de Minas. Outra comunidade tradicional são os veredeiros, ou a gente das veredas, e eles vivem, principalmente, na região Noroeste⁹. Por fim, há os vazanteiros, que vivem nas vazantes do São Francisco¹⁰. Algumas pessoas moravam nas margens e nas ilhas do São Francisco, mas, com o processo de expansão da fronteira agrícola nos anos 1960, perderam acesso às margens e hoje vivem nas ilhas.

Essas populações estão reivindicando atualmente seu reconhecimento como grupos étnicos diferenciados, e essa não é uma invenção de antropólogos nem deles. A Constituição legitima suas etnicidades.

Donald Pierson (1972) realizou uma pesquisa financiada pela Suvale, que antecedeu a Codevasf, para compreender toda a realidade do São Francisco. Foi publicado depois o relatório como livro, que se chama “O Homem no Vale do São Francisco”. No primeiro volume, é informado que no Norte de Minas, no Alto e Médio São Francisco, existem essas quatro populações tradicionais com modos de vida característicos, cada uma com sua especificidade e com diferenças entre elas. Então, há um registro histórico de 1950. Dizem que nós, antropólogos, estamos inventando identidades. Mas essas etnicidades foram encontradas por Donald Pierson na região do Médio São Francisco de Minas Gerais dadas as diferenças por meio das quais as populações se reconheciam a si mesmas e afirmavam a diferença de outras populações com quem se relacionavam.

**MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE:
IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E
AS FRONTEIRAS REGIONAIS**

Referências bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Sedição de 1736: Estudo Comparativo entre a Zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco*. Belo Horizonte: UFMG, 1983. Dissertação de Mestrado.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1997.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. A Oeste de Tordesilhas. In *Mais*, 17 set 2000, Folha de São Paulo, p. 30-31.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Social do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COSTA, João Batista de Almeida. *Do Tempo da Fatura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. Dissertação de Mestrado.

_____. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Tese de Doutorado.

_____. *Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais*. Brasília: Funatura; IPHAN, 2005 (mimeo).

_____. Movimento Catrumano: o norte de Minas como berço de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, Montes Claros, V. 4, p. 17-28, 2008.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. Políticas locais para o desenvolvimento local no norte de Minas: uma análise das articulações local e supra local. Temuco, Chile: 2005.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. Humanitas.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus. O Sistema das Castas e suas Implicações*. São Paulo: EdUSP, 1992.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Luís de Paula. *Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Apresentação”. In VASCONCELLOS, Sylvio. *Mineiridade. Ensaio de Caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 13-16.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. LCT, 1988.

GUATTARI, Felix. *Micropolítica – Cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIMARÃES ROSA, João. Minas Gerais. In *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 245-250.

LEITE, Ilka Boaventura. *Humanidades Insurgentes: conflitos e criminilização dos quilombos*. Florianópolis: UFSC/NUER, 2008 (mimeo).

MARTINS, Herbert Toledo. *A Fragmentação do Território Nacional: a criação de novos estados no Brasil (1823-1988)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 (Tese de doutoramento).

**MINAS GERAIS NA CONTEMPORANEIDADE:
IDENTIDADE FRAGMENTADA, A DIVERSIDADE E
AS FRONTEIRAS REGIONAIS**

MAURÍCIO, João Valle. “Montesclareense”. In *Janelas do Sobrado. Memórias*. Montes Claros: Arapuim, 1995, p. 16-17.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. *A Luta Política é uma coisa, a Indígena é a História do Povo: Um estudo das relações entre os Xakriabá e os Regionais*. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2004. Monografia de Graduação.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Marcos Fábio de e RODRIGUES, Luciene (orgs.) *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PIERSON, Donald. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. 1972, Tomo II.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira. Chorografia do Estado de Minas Gerais*. 2 Ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 2 Volumes.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1948, 11 volumes.

VASCONCELLOS, Sylvio. *Mineiridade. Ensaio de Caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.